



Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 1977.

ANO III

AVULSO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Os artigos 59, 60, 61 e 62, da Seção VII, do Capítulo IV, Título I, da Constituição do Estado do Paraná, passam a ter as redações e os parágrafos seguintes:

“Art. 59 — A Procuradoria Geral do Estado, com autonomia administrativa e financeira, subordinada diretamente ao Governador, é o órgão de representação judicial e extra-judicial do Estado, exercendo as funções de consultoria jurídica do Executivo, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados.

Art. 60 — A Procuradoria Geral do Estado é constituída por Procuradores e Advogados e terá Quadro composto da carreira de Procurador, com quatro classes e de Classe Única de Advogado, observando-se quanto ao provimento inicial, o disposto no artigo 97 da Constituição Federal e artigo 63 § 2.º, desta Constituição.

Parágrafo Único — Terão os Procuradores, seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos entre uma classe e a respectiva seguinte, atribuindo-se aos da classe mais elevada não menos de nove décimos dos vencimentos do Procurador Geral do Estado. Os advogados da Classe Única terão seus vencimentos fixados com diferença não excedente a nove décimos da Classe inicial da carreira de Procurador.

Art. 61 — A representação do Estado nos processos fiscais será exercida pela Procuradoria Geral do Estado, podendo ser atribuída nas comarcas do interior, na falta de Sub-Procuradorias Regionais, ao Ministério Público.

Art. 62 — O Procurador Geral do Estado será nomeado em comissão pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação, com os mesmos vencimentos do Procurador Geral da Justiça e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Parágrafo Único”

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(aa) Accioly Neto.

Apoiamento: Trajano Bastos, Domício Scaramella, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Deni Schwartz, Nilso Sguarezi, Lineu Turra, Dácio Leonel, Otássio Pereira, Edilson Alencar, Osvaldo Macedo, Maurício Fruet, Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, Ernesto Dal'Oglio, Jayme Rodrigues Carvalho, Ivan Rüppel.

JUSTIFICATIVA:

1. A Procuradoria Geral do Estado, pela sua importância e pelo trabalho que desenvolve, está na dinâmica da Administração em igualdade com as Secretarias de Estado. Pode-se dizer sem nenhum exagero, que, tendo em conta as suas características especiais de órgão eminentemente técnico-jurídico, a Procuradoria está situada em posição preeminente, pelo que representa em juízo e fora dele, atendendo, defendendo e orientando todas as Secretarias de Estado, e, a par disso, influi até na preservação do erário público e também ao patrimônio do Estado do Paraná.

Por tudo isso é justo que, ao menos, a Procuradoria Geral do Estado tenha a prerrogativa de uma Secretaria de Estado, com autonomia financeira e administrativa e com subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo. Essa situação proposta na emenda, ademais, é uma necessidade técnica da Procuradoria que se verá transformada em órgão desburocratizado, sem nenhum entrave, portanto, para a sua plena atuação.

A medida, ora consubstanciada no novo texto proposto ao Art. 59 da Constituição do Estado, não é, todavia, uma iniciativa original e pioneira. Ao contrário, é prática corrente em diversos Estados. É o caso do Rio Grande do Norte que a prevê no Art. 51 da sua Constituição, com a redação dada pela Emenda n.º 4. Igualmente o Estado do Rio de Janeiro fez por contemplar na Constituição (Art. 86) essa subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo.

2. De outro tanto, torna-se imperativo que se discipline e se dê estrutura à uma carreira que vem se mantendo, ao longo dos anos, prisioneira de dois níveis: vinte e seis e vinte e sete.

A carreira de Advogado há muitos anos — não sofre nenhuma alteração e nela não se fez nenhuma promoção, estagnando-a no tempo, em prejuízo evidente da própria administração e atingindo diretamente seus ocupantes.

Em consequência disso, vem ocorrendo o inevitável achatamento.

Cria-se agora, pela emenda ao artigo 60 e seu parágrafo único, uma estrutura dentro da melhor técnica e coerência, onde os atuais ocupantes da carreira de Advogado recebem a denominação certa, a exemplo do que já se fez em outros Estados do Brasil, e são enquadrados em quatro classes de Procurador, consagrando-se ao mesmo tempo o princípio da hierarquia dentro da carreira.

O servidor Advogado é um Procurador e sempre um Procurador desde sua nomeação. É um advogado com características especiais e próprias, constituindo-se ao ser nomeado, de imediato, um Procurador do Estado, em juízo ou fora dele, sempre agindo em nome dele, e representando-o.

O Estado é seu cliente permanente.

O advogado, seu Procurador permanente.

Atendendo dispositivo desta Constituição, artigo 61, ora emendado pelo artigo 60, mantem-se uma classe única de Advogados para aproveitamento do remanescente da transformação prevista no parágrafo 1.º, do Artigo 152, agora também emendado, em outra proposta que somam vinte e um cargos que deverão ser ocupados por Advogados através de concurso público de provas e títulos. Advogados estes que ocuparão as Sub-Procuradorias Regionais a serem criadas no interior do Estado.

Quanto aos vencimentos, matéria enfocada no parágrafo único do artigo 60 desta emenda, nada mais justo do que o critério adotado o universalmente consagrado princípio da proporcionalidade.

3. Por fim, a redação que se dá ao artigo 62 representa, na verdade, simples adequação do texto às disposições dos

artigos 64 e 98 da Constituição Estadual e da Constituição Federal, respectivamente pela posição de igualdade do Procurador Geral do Estado, da Justiça, e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Inclua-se ao Artigo 152, do Título V, Das Disposições Gerais e Transitórias, dois parágrafos com a seguinte redação:

"Art. 152 — ...

§ 1º — Os atuais cargos, integrantes da série de Classe de Advogados e os de Procurador, da lotação da Procuradoria Geral do Estado, ficam transformados e, com seus respectivos ocupantes, passam a constituir a carreira de Procurador, da Parte Permanente de quatro classe, cujo provimento será feito pelo critério exclusivo de antiguidade no cargo de Advogado, entre os atuais ocupantes.

§ 2º — Os cargos vagos de Advogado, remanescentes da transformação de que trata o parágrafo anterior, passam a integrar a Classe Única de Advogado, cujo provimento será feito mediante o concurso público de provas e títulos".

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO

Apoiamto: Trajano Bastos, Domício Scaramella, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Deni Schwartz, Nilso Sgua-

rezi, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Ernesto Dal'Oglio, Ivan Rüppel, Otássio Pereira, Dácio Leonel, Osvaldo Macedo, Edilson Alencar, Maurício Fruet, Enéas Faria, Jayme Rodrigues Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A forma do primeiro provimento, que os parágrafos 1º e 2º do artigo 152 das Disposições Gerais e Transitórias, ora incluídos através desta emenda, disciplinam, é matéria que deve constar dessa Parte da Constituição e conseqüente às alterações propostas, por outra emenda ao Artigo 60 da Carta Estadual.

Por tratar-se de primeiro provimento, onde serão distribuídos Advogados servidores, a maioria com mais de dez anos de bons serviços prestados e já comprovada capacidade de trabalho, através de tantos anos dedicados ao Estado, não poderia ser melhor, nem mais justo, do que colocá-los nos lugares certos. Isto é, distribuí-los nas quatro classes criadas pelo artigo 60, adotando-se o princípio de antiguidade onde os mais antigos na carreira de Advogado, com mais tempo dedicado ao seu Estado ficarão na classe mais elevada, incluídos aí os atuais Procuradores, e os mais novos, em sua maioria com mais de dez anos de serviços, nas primeiras classes, com a oportunidade de promoções posteriores que deverão ser feitas alternadamente por merecimento e antiguidade, obedecidas daí, as normas do artigo 80 e seu parágrafo 2º do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.